

ABUSO SEXUAL INFANTO-JUVENIL INTRAFAMILIAR INDÍGENA

Adriana Yuri Kaneko^{1*}, Pamela Staliano¹

1. Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);

* Autor para contato: adriana.kaneko035@academico.ufgd.edu.br

O abuso sexual é um tema que tem imposto uma série de desafios, ainda mais quando envolve crianças e adolescentes. Desafios estes que se complexificam quando se trata de crianças e adolescentes indígenas. Para tanto, buscou-se caracterizar o abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar indígena, visando identificar o perfil das vítimas; grau de parentesco dos agressores; *modus operandi* dos crimes; bem como compreender de que forma os jornais e órgãos oficiais dão notoriedade aos casos envolvendo a violência sofrida por crianças e adolescentes na Reserva Indígena de Dourados (RID). Foi realizada uma pesquisa qualitativa de análise documental de 20 (vinte) reportagens veiculadas em 10 (dez) jornais de maior circulação do estado de Mato Grosso do Sul, incluindo nesta amostra os casos concretos dispostos nos relatórios do Conselho Indigenista Missionário, que utilizam como fonte reportagens de jornais *on-line* para compor o levantamento dos dados. Realizou-se um comparativo dos dados da amostra com o apontado pela literatura científica e dados complementares fornecidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social e Delegacia de Atendimento à Mulher, ambos do município de Dourados/MS. O recorte temporal contempla os anos de 2015 a 2020. As reportagens foram sistematizadas e categorizadas em tabelas, a partir da técnica de análise de conteúdo temática. Adotou-se a perspectiva decolonial para nortear a interpretação dos dados. Os resultados apurados apontam que as crianças do sexo feminino são as mais vitimizadas; que a maioria dos crimes são cometidos por pessoas com vínculo de parentesco ou grau de proximidade com as vítimas; que o abuso sexual intrafamiliar é o tipo de abuso mais frequente e que a vulnerabilidade social e uso de álcool são fatores de risco para a ocorrência dos abusos sexuais. A preponderância da divulgação midiática de casos envolvendo violência sexual na RID e a ausência de relatórios públicos dos órgãos oficiais que relatem os inúmeros casos de abuso sexual no município de Dourados/MS, faz com que a população local tenha a

falsa noção de que esses crimes não são comuns no perímetro urbano e atribuem essas violações a uma questão cultural indígena, o que não é verdadeiro. Ressalta-se que, a maioria dos crimes sexuais intrafamiliares não são notificados e, portanto, não entram para o cômputo dos órgãos de atendimento às vítimas, prevalecendo então a subnotificação de atos de violência sexual. Reduzir a problemática do abuso sexual infanto-juvenil à uma questão cultural indígena, reforça um estigma social que marginaliza, oprime e ignora as inúmeras violências que atingem a população indígena douradense. Faz-se imprescindível, portanto, que as autoridades públicas deem visibilidade às dificuldades enfrentadas por esta população e que ofereça um lugar de fala para os indígenas, a fim de compreender esta complexa temática que é cerceada por marcos históricos que denotam a reiteração do ciclo de violência local. Por derradeiro, acredita-se que, a banalização da violência dirigida aos povos indígenas promove o silenciamento e a perpetuação do descaso social do Estado e que este silenciamento precisa ser rompido.

Palavras-chave: violência; crianças; adolescentes; vulnerabilidade; crimes sexuais.

Agradecimentos: Ao CNPq, pela concessão da bolsa de iniciação científica para a primeira autora.